

# **Discurso de início de mandato de Roger BRIESCH por ocasião da sua eleição como presidente do Comité Económico e Social Europeu**

*Bruxelas, 24 de Outubro de 2002*

Caras Colegas, Caros Colegas,

Em primeiro lugar, gostaria de vos agradecer pela confiança que em mim depositaram.

Nos próximos dois anos, farei todo o possível para corresponder às vossas expectativas.

Estou ciente de que as tarefas que me aguardam não serão fáceis. O Comité Económico e Social Europeu atravessa – tanto como o contexto internacional no qual desenvolve a sua actividade – um processo de transformação. A União Europeia está em transição: está perante um alargamento geográfico e uma consolidação do seu sistema político e institucional, no âmbito do qual o CESE realiza a sua missão. As expectativas das pessoas a quem servimos com o nosso trabalho vão-se alterando à medida que vai crescendo a nossa Comunidade supranacional, a qual não deixará naturalmente de ser uma União de Estados, mas se vai tornando, igualmente e cada vez mais, uma União das cidadãs e dos cidadãos.

Conforme compreenderão, não posso hoje apresentar-lhes um programa de trabalho detalhado para os próximos dois anos. Na próxima reunião plenária de Dezembro, depois de consultada a nova presidência e ouvido o secretário-geral e os seus colaboradores nos domínios da respectiva competência, apresentarei o programa de trabalho para o meu mandato sob a forma de uma nota.

Posso, porém, desde já assegurar que procurarei prosseguir o trabalho realizado pelos meus predecessores – Göke FRERICHS, Beatrice RANGONI-MACCHIARELLI e Tom JENKINS.

## **CONTEXTO POLÍTICO**

Nos próximos dois anos, a política interna da União Europeia será marcada essencialmente:

- pelos trabalhos da Convenção e respectivos resultados, assim como pela Conferência Intergovernamental da segunda metade de 2003, a qual tomará uma decisão sobre o projecto de constituição proposto pela Convenção e elaborará um novo Tratado;
- pela preparação da adesão dos novos Estados-Membros em 2003 e pela conclusão dessa adesão em 2004; os novos Estados-Membros devem ser acolhidos generosamente e de braços abertos, as fronteiras são as cicatrizes da História. A União Europeia gerou a paz e o progresso, que nos proporcionam hoje uma vida digna, trabalho, segurança e solidariedade;
- pelas eleições para o Parlamento Europeu, em Junho de 2004, e pela constituição de uma nova Comissão no final de 2004.

A estes eventos, que ocorrerão durante as presidências dinamarquesa (até ao final do corrente ano), grega e italiana, em 2003, e irlandesa e neerlandesa, em 2004, acrescentam-se:

- a continuação do debate sobre o conteúdo e os métodos da política económica e social e sobre o desenvolvimento do modelo social europeu no quadro da globalização;
- a procura de uma estratégia adequada para garantir um desenvolvimento sustentável que tenha em consideração as dimensões social, económica, ecológica e financeira;
- os persistentes constrangimentos orçamentais e a controvérsia sobre o financiamento das políticas comunitárias;
- a busca de um novo consenso quanto ao papel da Europa no mundo, seu contributo para o desenvolvimento dos países vizinhos da Bacia do Mediterrâneo e dos países da África e da Ásia, assim como as relações com os países da América Latina e com os Estados Unidos da América.

Metade da população mundial sobrevive, hoje, com menos de dois euros por dia. Todos os anos morrem onze milhões de crianças com menos de cinco anos de idade por doenças tratáveis. Mais de mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável e o fosso entre os países ricos e os países pobres é cada vez maior. A luta contra o terrorismo implica também a redução das disparidades e a criação de condições para a democracia e a liberdade.

É preciso estarmos bem conscientes destas alterações. Dentro de 10 anos, 60% da população mundial viverá na Ásia. Os países economicamente mais importantes serão a China, a Índia, o Brasil e os Estados Unidos – com tudo o que isso implicará em termos de reorientação dos investimentos, caso a Europa não seja capaz de se situar e de ocupar o seu lugar neste novo contexto e face a estas novas perspectivas.

## **O MODELO SOCIAL EUROPEU E O PAPEL DO COMITÉ**

Durante este mesmo período vão ser tomadas as decisões quanto à futura configuração da União Europeia e quanto à posição de cada instituição comunitária no sistema político.

É indispensável reforçar o papel do Comité e assegurar o seu reconhecimento enquanto fórum institucional de audição, representação e informação e como porta-voz que permite aos representantes da sociedade civil organizada (nos domínios social, económico e da cidadania) participar permanentemente no processo de decisão comunitário.

Tenho consciência de que o êxito da minha presidência será em grande parte medido pelos resultados alcançados neste domínio.

Nesta perspectiva, é fundamental que seja o próprio Comité Económico e Social Europeu a definir e a defender com convicção os seus interesses no que toca ao seu estatuto, às suas atribuições e ao seu papel. O mesmo é dizer, afirmar a sua posição institucional face às instituições legislativas e executivas da União, bem como o seu mandato e a sua missão, os seus direitos e instrumentos.

As estratégias de base dos anteriores mandatos devem por isso ser prosseguidas em paralelo com o desenvolvimento de formas inovadoras de afirmação da importância do CESE.

A União Europeia, tal como desejo que se desenvolva ao serviço dos seus cidadãos, baseia-se nos seguintes ideais e valores: paz, democracia, direitos humanos, Estado de direito, solidariedade e subsidiariedade, justiça e coesão, economia social de mercado e papel do Estado e dos actores económicos e sociais.

A coesão económica e social é um elemento central para a criação de uma identidade europeia, dados, sobretudo, os consideráveis esforços que será necessário desenvolver para a integração dos países candidatos. Para isso, é indispensável uma redistribuição adequada dos recursos que não redunde num regateio constante entre os Estados-Membros.

Estes diferentes factores, juntos, constituem o que acertadamente é designado por modelo social europeu. Este modelo está consagrado no Tratado da União Europeia sob a forma de objectivos gerais, especialmente a promoção de um elevado nível de emprego e a realização de um desenvolvimento sustentável mediante o reforço do diálogo social, que compete, em primeira instância, aos parceiros sociais.

A história dos nossos países mostra que a criação de modelos sociais só parcialmente se deve aos governos e à actividade legislativa e que o contributo dos parceiros sociais e as relações entre e com as organizações da sociedade civil organizada foram determinantes. A sua criatividade, a sua disponibilidade para o compromisso e a sua função de orientação social devem receber uma posição adequada a nível europeu.

Devido à diversidade da sua composição e à sua actividade, o Comité Económico e Social Europeu é um elemento importante do modelo social europeu. O CESE promove o diálogo entre os diferentes actores da sociedade, por um lado, ao reflectir as preocupações e as expectativas imediatas dos cidadãos na elaboração dos seus pareceres e, por outro, através da sua actividade no terreno, a todos os níveis e em todos os Estados-Membros.

O Comité é legitimado pelo facto de os seus membros, pela sua experiência e pelas suas responsabilidades, provirem de organizações ou sectores representativos dos Estados-Membros e desempenharem um papel construtivo na formação da opinião pública a nível europeu. O valor acrescentado trazido pelo Comité está no facto de todos os actores da sociedade civil organizada, incluindo as organizações que não são parceiros sociais, participarem nesse processo.

Por este motivo, o Comité, como representante da sociedade civil organizada, é o fórum natural do "diálogo civil", uma vez que abrange, ao lado das associações de empregadores e de trabalhadores, também organizações representativas de vários outros domínios de interesse social, económico, cultural e da cidadania.

Devem ser abertas novas perspectivas para as parcerias e criadas novas sinergias que permitam dinamizar a acção desenvolvida junto dos poderes públicos e potenciar a relação de força, assim como melhorar a capacidade do CESE de influenciar os governos e as instituições internacionais.

Nesta ordem de ideias, afigura-se-me da maior importância aproveitar melhor o papel do CESE enquanto ponte entre a Europa e as organizações da sociedade civil nele representadas por todos vós, minhas senhoras e meus senhores, enquanto conselheiros. Sobre esta matéria apresentar-vos-ei algumas propostas na reunião plenária de Dezembro.

Sintetizando, devemos aproveitar melhor os nossos pontos fortes!

## A CONVENÇÃO EUROPEIA

Eis aqui o perfil do Comité Económico e Social Europeu que devemos defender na Convenção Europeia, em que participamos activamente com três membros observadores e três observadores suplentes.

As decisões e os trabalhos da Convenção são, por enquanto, apenas conhecidos de poucos. É, porém, legítimo esperar que o actual debate sobre o futuro da União contribua para a ampla difusão de informação sobre a UE.

Para além dos trabalhos em curso no domínio das competências da União, da aplicação do princípio da subsidiariedade, de melhores estruturas de decisão a nível económico e social, da personalidade jurídica, etc., conviria ainda precisar e sublinhar qual a Europa que queremos.

Sou a favor de um Tratado Constitucional, ou mesmo de uma verdadeira Constituição, que possibilite um salto qualitativo no tocante à legitimidade democrática da União Europeia e apelo a uma organização federal do seu quadro institucional.

A favor de uma União reforçada que esteja em condições de tomar decisões e de afirmar posições, o que implica o alargamento da decisão por maioria qualificada.

A favor de estruturas de decisão no domínio económico e social e da concomitante simplificação dos instrumentos de governação económica.

A favor de uma valorização do papel internacional da União no mundo para garantir a paz, a liberdade, a democracia e o respeito dos direitos humanos mediante a criação de uma nova ordem económica que tenha como objectivo a luta contra a miséria e a pobreza.

É para nós extremamente importante que a Carta dos Direitos Fundamentais seja incluída nessa nova constituição, um passo que é tanto mais indispensável quanto esses direitos são parte integrante da identidade europeia.

A Convenção deve criar uma arquitectura institucional de grande legitimidade democrática e cujas competências e responsabilidades estejam claramente definidas. Essa arquitectura deve assegurar o respeito dos direitos fundamentais, imprescindível para uma economia competitiva, para o equilíbrio social e para a participação activa dos cidadãos no bem comum.

## UMA UNIÃO DEMOCRÁTICA E FEDERAL

Todos os Estados-Membros professam os valores básicos consagrados, actualmente, na Carta e, no futuro, porventura na Constituição da União. Entretanto, todos têm tradições e um passado histórico e cultural muito diferentes uns dos outros. Esta diversidade é justamente a grande riqueza da Europa. A União tem, pois, o dever de a preservar e de garantir que a reforma das instituições não afecte não só as tradições e as especificidades dos Estados-Membros nem a sua riqueza cultural.

O método comunitário, que procura um equilíbrio entre a diversidade cultural e a unificação política e no âmbito do qual o modelo social europeu pode desenvolver-se, deve permanecer a base da futura arquitectura institucional da UE.

A experiência tem demonstrado que o método comunitário leva sempre a resultados satisfatórios. Pelo contrário, o método da cooperação intergovernamental só permite resultados medíocres e ineficazes, em geral decepcionantes.

O interesse da União não é nem a soma dos interesses dos Estados-Membros nem o seu menor denominador comum. Por esse motivo, não pode ser definido em negociações em que cada participante tenha direito de veto.

Estou convicto de que apenas uma estrutura democrática e federal permite solucionar eficazmente os problemas urgentes de ordem prática e política e, ao mesmo tempo, dar um sentido à cidadania da União. Porque apenas uma estrutura democrática e federal, na qual os princípios do diálogo, da participação e da solidariedade sejam garantidos, pode expressar a verdadeira essência da União Europeia: um esforço constante no sentido de garantir a unidade na diversidade.

Neste sentido gostaria de convidar cada um dos presentes a empenhar-se, juntamente comigo, numa presença mais forte do CESE no debate sobre o futuro da Europa em todas as questões importantes, e sobretudo:

- na preservação e desenvolvimento do modelo social europeu e do modelo europeu de sociedade;
- na participação da sociedade civil e das suas organizações no processo de formação da opinião pública, na elaboração da legislação, na respectiva aplicação e nas diferentes decisões, ou seja, as regras da governação e do diálogo social e civil.

Na última plenária antes da renovação (em Setembro), o Comité adoptou uma resolução que resume a sua posição quanto a estas questões. Agora, importa descrever em mais

pormenor a posição e as missões do CESE na arquitectura institucional da futura União, apresentar propostas concretas e persuadir eficazmente as outras instituições da necessidade das mesmas.

## **OUTRAS PISTAS**

Ao mesmo tempo, devemos:

- otimizar o nosso papel como órgão consultivo das grandes instituições (Parlamento, Conselho e Comissão) e reforçar, assim, a posição natural do CESE face a essas instituições;
- concentrar as nossas actividades – sem negligenciar outras actividades no futuro – nos domínios para os quais podemos contribuir com o máximo de valor acrescentado e definir prioridades claras para orientarem os nossos trabalhos;
- aumentar de tal modo a representatividade e a credibilidade do CESE enquanto representante institucional da sociedade civil e das organizações nele não representadas, que as decisões já tomadas sejam postas em prática e seja possível uma maior abertura do Comité;
- desenvolver uma política sistemática de comunicação e de informação para promover a projecção e a ressonância dos nossos trabalhos junto do público;
- esforçar-nos por que os futuros membros (e os futuros funcionários) dos novos Estados-Membros sejam bem recebidos entre nós. É nisso que estamos já a trabalhar;
- promover o reforço dos recursos e estruturas internos do Comité e o reforço do estatuto dos membros.

Como afirmei anteriormente, apresentarei em Dezembro um programa de trabalho com propostas para todos os domínios em que gostaria de ver o CESE progredir de forma a poder desempenhar-se cada vez melhor das suas responsabilidades e corresponder à sua missão.

Como é evidente, tal só será possível com uma presidência dinâmica, empenhada, transparente e colegial, à qual compete a função de direcção e de orientação.

É para mim motivo de regozijo o trabalho que vou encetar com os dois vice-presidentes.

Darei, como é óbvio, especial atenção à cooperação e ao diálogo permanente com os presidentes dos três grupos, que são a "alma tripla" do Comité Económico e Social Europeu. Esses presidentes são responsáveis pela preparação dos trabalhos nos diversos "grémios" da nossa

instituição, contribuindo desse modo, e graças à qualidade do seu trabalho e dos seus contributos, para o desenvolvimento e para a influência do CESE.

Para além da concretização dos nossos objectivos ao serviço da comunidade, devemos procurar ser também mensageiros da esperança e fazer todo o possível por que as esperanças se convertam em realidade.

Devemos ser uma ponte e um elo de ligação que dê expressão concreta e credível, mas ao mesmo tempo sensível, com coração e paixão, às aspirações e às expectativas. Em suma: devemos dar forma e sentido ao conteúdo da nossa acção e insuflar alma no todo.

Permitam-me que conclua com duas citações de Victor Hugo:

- "O pior que pode suceder a uma pessoa é existir sem viver"
- "Creio no que digo e faço o que devo".

É este o meu credo para o nosso trabalho comum.

---